



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 244/XII/4.^a SL

Aos quatro dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição, no âmbito da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro «Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade», da Sra. Professora Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho;
2. Apreciação e votação das atas n.ºs 238 a 243;
3. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 255/XII (4.^a) (ALRAM) - Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, regulando a proteção social dos tripulantes dos navios registados no Registo Internacional da Madeira (data limite para entrega de propostas de alteração: 2 de fevereiro às 18h00);
4. Criação de Grupo de Trabalho para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 266/XII (4.^a) (GOV) - Estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais;
5. Definição da metodologia para a apreciação das propostas de alteração e de aditamento apresentadas pelo GP do PS no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 123/XII (4.^a) (PS) do Decreto-Lei n.º 172-A/2014 que altera, ao abrigo e no desenvolvimento da Lei n.º 30/2013 - Lei de Bases da Economia Social de 8 de maio, o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 9/85, de 9 de janeiro, 89/85, de 1 de abril, 402/85, de 11 de outubro, e 29/86, de 19 de fevereiro;
6. Apreciação e votação do parecer sobre a Petição n.º 452/XII (4.^a) - Pela defesa dos postos de trabalho na segurança social
Deputada relatora: Catarina Marcelino (PS);

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP para audição da Presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE);
8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, iniciou os trabalhos cumprimentando a Sra. Professora Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho, enquadrou a respetiva audição destacando o seu perfil enquanto juslaboralista e acentuou que o enfoque da audição tinha a ver com conciliação entre trabalho e família.

A Sra. Professora Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho começou por elencar três aspetos preocupantes relativos à natalidade em Portugal: em primeiro lugar, o baixo índice de fecundidade por mulher, que tem sido assegurado pela população imigrante; em segundo, o facto de os nascimentos serem tardios, em especial nas classes médias, o que revela preocupação com a carreira por parte das mulheres; em terceiro lugar, a predominância de famílias com um filho, embora o número de filhos desejados seja superior.

Referiu igualmente que o Estado português, enquanto legislador, não é amigo das famílias. Para além de se verificarem discriminações laborais de género que se refletem na conciliação, há uma predominância do trabalho a tempo inteiro em detrimento do trabalho a tempo parcial. Também se verifica que a maternidade dá aso a muitas discriminações de género, que culminam com frequência no despedimento.

Reconheceu a importância de a perspetiva constante do Código do Trabalho atual ser a da parentalidade e não apenas a da maternidade, se bem que a implementação prática das medidas seja, em sua opinião, pouco efetiva. Considerou que há falta de estratégia do ponto de vista laboral e que as prestações familiares não incentivam a natalidade.

Globalmente, opinou que são de apoiar todas as medidas que reconhecem a importância da família e que deve ser reforçada a ideia de transversalidade (*mainstreaming*) no conceito de conciliação, que, sendo um princípio que consta do direito europeu, traduz-se na realização de um teste a cada medida legislativa no sentido de ser aferido se pode promover ou não a conciliação.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados António Cardoso (PS), Clara Marques Mendes (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), David Costa (PCP) e Mariana Aiveca (BE).

Num comentário final, a Sra. Professora Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho acentuou a ideia de que o banco de horas, sobretudo o banco de horas individual, impossibilita a conciliação, porque permite ao empregador gerir os horários de trabalho como entende; também disse ter poucas certezas a respeito da opção por trabalho a tempo parcial, porque, a longo prazo, afasta a mulher do trabalho.

A audição foi gravada em suporte vídeo e áudio, podendo ser consultada no seguinte link:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=99428>.

A mesma constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Concluída a audição, prosseguiu a reunião da Comissão com a Ordem do Dia previamente fixada, tendo sido aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 238 a 243, correspondentes às reuniões de 14 de janeiro (12h00 e após Plenário), 15, 22, 28 e 29 de janeiro de 2015.

A solicitação do GP do PCP foi o terceiro ponto da Ordem do Dia adiado para a próxima reunião, com o consequente alargamento do prazo para apresentação de propostas de alteração até às 18h00 do dia 9 de fevereiro.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Presidente solicitou aos Grupos Parlamentares para indicarem os respetivos membros que vão integrar o grupo de trabalho. Foram desde logo indicados os Deputados Clara Marques Mendes (PSD), que assumirá a coordenação, António Cardoso (PS), António Filipe e Jorge Machado (PCP).

No quinto ponto da Ordem do Dia, foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho e indicados os seguintes Senhores Deputados: Maria das Mercês Borges (PSD), coordenadora, Sónia Fertuzinhos (PS) e David Costa (PCP).

Os grupos parlamentares que o não fizeram comprometeram-se a indicar os respetivos membros que vão integrar ambos os grupos de trabalho até à próxima reunião.

O ponto seguinte da Ordem do Dia ficou igualmente adiado para a próxima reunião.

No sétimo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) interveio para explicitar que se pretende que seja encontrada uma metodologia que permita configurar valores mais rigorosos e definitivos.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) disse que o GP do PS saúda, com sinceridade, aquela iniciativa, que lhe parece oportuna e corajosa e fez votos para que a presidente do INE aborde todas as variáveis que concorrem para a estatística sobre o número de desempregados.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Comissão propôs então que a audição tivesse lugar a 11 ou a 18 de fevereiro, pelas 11 horas, com a seguinte grelha de tempos: 2 minutos para apresentação do requerimento; 10 minutos de resposta; primeira ronda com 6 minutos a cada Grupo Parlamentar com resposta individual de igual duração; segunda ronda com 3 minutos e resposta conjunta de igual duração.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2015.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 04 de fevereiro de 2015

Folha de Presenças

(Ata n.º 244/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Inês Teotónio Pereira
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Teresa Costa Santos
António Cardoso
David Costa

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Catarina Marcelino
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
Maria das Mercês Borges
Mário Ruivo
Pedro Roque

